

INFORME

Ponto
de
Vista

Uma Publicação do Departamento de Economia - UFPI

A pertem os cintos que o piloto sumiu! Esse é o sentimento da grande maioria da população brasileira. Ainda tonta e perplexa, perguntando aos mais íntimos como a queda das bolsas poderia afetar a vida de cada um, a desvalorização caótica do real deverá ser sentida de modo cruel nos bolsos dos brasileiros que há quatro anos estão com seus salários congelados. Quando recebem! Há ainda aqueles bolsos que não vêem salário há três, quatro ou cinco meses, consequência do descalabro administrativo nos Estados, sem esquecer os juros malucos que jogam os números das dívidas do setor público para um buraco negro sem precedentes. Juros que desempregam centenas de trabalhadores a cada dia e não se observa uma tentativa do governo que possa amenizar tal situação, como a criação de postos de trabalho, seja na construção civil com a implementação de um programa de casas populares ou na indústria, com a renovação da frota de carros com décadas de uso. Como e quando o vôo vai acabar, ninguém imagina.

Precisamos clarear este céu com tantas e pesadas nuvens conhecendo um pouco do nosso passado recente e, com isso entender nosso presente angustiante.

Partindo desse pressuposto, esta edição traz dois artigos primorosos do professor Samuel Costa Filho nos mostrando que em economia, nenhuma teoria é definitiva. *A mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públicas.*

A professora M^a do Socorro Lira Monteiro esclarece o processo que implementou o programa das privatizações brasileiras. O economista Moacyr Ferraz do Lago traça um paralelo nas administrações dos Estados do Ceará e Piauí evidenciando as consequências econômicas nefastas que políticas públicas irresponsáveis podem produzir nos Estados.

Lançando desafios à universidade brasileira e ao trabalhador do milênio que se aproxima, o prof. Tiago Cardoso Rosa e o economista Jean Lustosa. Ainda nesta edição, resumo da monografia que obteve o primeiro lugar no Prêmio Piauí de Economia/98 - Categoria Profissional. A autora do trabalho é a professora Jaíra M^a Alcobaca Gomes.

Esperamos que gostem da leitura e que pelos menos um pedacinho do céu se torne de brigadeiro. Até a próxima!

**O ATUAL CONTEXTO E A
TEORIA ECONÔMICA.....pág. 2**

**QUESTÃO NORDESTE - A ATUALIDADE
DA IDÉIA DE CONSTRUÇÃO DE UM
NOVO NORDESTE.....pág. 4**

**PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA DE
PRIVATIZAÇÃO.....pág. 6**

**A UNIVERSIDADE DIANTE DE UM
NOVO PARADIGMA.....pág. 9**

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
SUCESSO DO MODELO POLÍTICO
ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ
E DO ENTRAVE ECONÔMICO
INSTITUCIONAL DO ESTADO DO
PIAUI.....pág. 10**

**O TRABALHADOR DO NOVO
MILÊNIO.....pág. 15**

Confira indicadores pág.16

C
O
N
Ô
M
I
C
O

O ATUAL CONTEXTO E A TEORIA ECONÔMICA

Samuel Costa Filho*

O atual contexto histórico-institucional financeiro - em que existe desintermediação bancária, securitização, lançamento de título de dívida pública direta, títulos de propriedade e derivativos, globalização financeira, etc - torna oportuno a questão da validade e contemporaneidade dos três principais paradigmas da teoria econômica.

Estamos a perceber que as tendências internacionais do sistema financeiro com: 1) a desintermediação financeira e crescimento do processo de securitização; 2) o papel crescente dos investidores institucionais; 3) a generalização do banco universal ou múltiplo; 4) a proliferação dos produtos derivativos; e, 5) a tendência à globalização financeira; vem caracterizar a transição de uma economia de endividamento para uma economia de mercado de capitais.

O atual ciclo de crédito diz respeito a um determinante exógeno do ciclo de preços dos ativos, de forma relativamente autônoma frente aos ciclos de negócios, provocando ciclos especulativos, alavancados pelo crédito bancário, e podendo até causar crises bancárias.

O movimento de capitais está se deslocando dos empréstimos e financiamentos dos investimentos diretos para os de risco ou de portfólio. Além do que os recursos externos vêm através do mercado de capitais para explorar ganhos de arbitragem a curto e médio prazo, entre os vários mercados internacionais. Os operadores nesse mercado se caracterizam por atitudes fundamentalistas (se baseiam em fundamentos supostamente estáveis, tais como a paridade do poder de compra e taxa de juros) ou atitude chartistas (que reagem a rumores e procuram realizar lucros especulativos a curtíssimo prazo). A crescente miopia de tais operadores é crescentemente ressaltada.

A ascensão das finanças especulativas na economia capitalista contemporânea é cada vez mais crescente. Impulsionadas pelas violentas transformações tecnológicas e financeiras ocorridas recentemente, permitiram uma interconexão de lugar e tempo das principais praças financeiras.

No que diz respeito a teoria ortodoxa, essa não reserva espaço para o estudo da especulação. Os neoclássicos partem do pressuposto de que os agentes econômicos são racionais e dispõem de todas as informações para poder tomar sempre as melhores decisões, consideradas "otimizadoras". Pressupõem que os resultados dos mecanismos de mercado como sendo sempre os melhores e se opõem a que agentes "de fora" (governo) interfiram neles.

Acontece que, na verdade, suas teorias têm fraca ou nenhuma validade na explicação e compreensão da atual dinâmica das economias capitalista. Diante dessa realidade de crise dos mercados financeiros, seus adeptos sempre encontram justificativas para a fragilidade de suas premissas.

Os analistas mais badalados da finança globalizada parecem espantados com o caráter privado da crise atual. Como mercados privados são "eficientes" e portanto, os agentes usam de forma adequada a informação disponível e decidem racionalmente, os episódios de descontrole financeiro deste porte só podem ser explicados por desmandos dos governos.

O paradigma do Equilíbrio realiza a defesa de uma ordem equilibrada, estável e ótima, através do poder coordenador e soberano do mercado, ou seja, pretende demonstrar a superioridade do mercado para a sociedade.

Ocorre que os mercados atuais são intrinsecamente especulativos, com a especulação não sendo nem estabilizadora e nem auto-corretiva.

Essa tendência frequentemente dá origem a processos auto-referenciais, instáveis e desgarrados dos "fundamentos".

Consequentemente, a procura em demonstrar a estabilidade na teoria do equilíbrio objetiva apresentar a superioridade do mercado. Todavia, o mercado não é necessariamente uma instância auto-reguladora e, por isso, o equilíbrio não deve ser a noção central da teoria econômica.

Analisando o paradigma da dinâmica contraditória, constatamos que, a crítica do capitalismo realizada por Karl Marx, permanece atual neste final de século XX. Todavia, *"a ideologia conservadora e a teoria econômica vulgar querem fazer crer que as idéias de Marx estão mortas. Num ato de ultraje à inteligência teórica apregoam que a desapareição do "socialismo real" e a globalização capitalista são demonstração da superação do pensamento crítico. Noutra extremo, a exegese e o formalismo de marxistas desavisados produzem a mesma devastação ao serem incapazes de uma atualização temporal e espacial das categorias de Marx"* (Braga, 1996).

Entretanto, as evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx podem ser explicitadas de diversas maneiras. Convém citar dois pontos fundamentais: 1) a sua lei geral da acumulação capitalista continua mais presente do que nunca, e assim explica a questão do crescente desemprego (a acumulação de capital torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho no capitalismo atual); e 2) a crescente criação de capital e de riqueza fictícia em escala mundial, ou seja, fenômeno classificado como "globalização financeira".

Sobre a contemporaneidade da teoria de Marx, o "regius professor" de história da Universidade de Cambridge, o britânico Quentin Skinner (1998:6) que se diz não-marxista, afirma o seguinte: "... nunca certas previsões do marxismo pareceram mais verdadeiras do que hoje; o que não deixa de ser bastante irônico, se considerarmos que isso se dá no momento em que o marxismo está descreditado como filosofia social. Marx não estava, obviamente, pensando em escala global, mas o relacionamento do Primeiro Mundo -, com os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres -, exatamente pelos problemas de exploração do capital que apontou, é um desafio cada vez mais sério para o novo milênio".

Porém, "a leitura de Marx, como de outros grandes autores não deve se transformar em academicismo e fundamentalismo. O que importa é apreender o modo de pensar, mover-se historicamente, repensar as categorias no tempo e no espaço, e então fazer as perguntas relevantes sobre o capitalismo contemporâneo e encaminhar soluções" (Braga, 1996).

Por fim, a teoria da instabilidade de Keynes. Essa teoria explica o funcionamento da economia de tal forma que:

"a) o lucro macroeconômico é resultado de decisão de gasto do conjunto da classe capitalista na produção de bens de investimento; b) o crescimento dos lucros depende do que os capitalistas (ou alguém por eles) decidam gastar acima de sua renda corrente (lucros correntes); c) a aceleração da taxa de investimento que induz o crescimento dos lucros e da renda é um fenômeno de desequilíbrio entre a decisão de gasto presente e capacidade de financiamento através dos lucros derivados das decisões anteriores de gasto; d) a condição para o crescimento da economia capitalista é que os capitalistas estejam, em conjunto, permanentemente em "déficit corrente" para gerar os lucros amanhã; e) assim, o endividamento é um fenômeno inerente à

acumulação capitalista" (Belluzzo & Almeida, 1989).

A teoria de Keynes apresenta diversos aspectos relevantes para entendimento da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. Dentre eles convém citar a questão da incerteza, a formação das expectativas pelos agentes econômicos, especulação, a preferência pela liquidez (ativos mais líquidos) diante de um futuro incerto e desconhecido, suas inter-relações e o impacto na instabilidade e fragilidade dessas economias.

A obra de Keynes se apresenta atual e serve de guia para a compreensão da especulação e da instabilidade financeira. Contudo, seu trabalho exige adaptações no nível analítico que dêem conta da nova realidade histórica.

Minsky procurou desenvolver aspectos da instabilidade e do financiamento das economias capitalistas, e que também nos ajuda a entender o caráter especulativo do mundo atual. A hipótese da "instabilidade financeira de Minsky diz respeito a uma economia de crédito. Como teoria pura, apresentou um importante avanço na explicação da instabilidade financeira, e seu impacto no ciclo de investimento produtivo.

Diferente da crença ortodoxa, que afirma que os mercados são perfeitos e tendem para posições ótimas de equilíbrio, Minsky aponta as deficiências endógenas e a instabilidade. Sua teoria é um excelente ataque à dicotomia clássica do mainstream entre o setor real e monetário, ressaltando os elementos negativos da circulação financeira. Complementa as idéias de Keynes ao focar o financiamento dos investimentos.

No que diz respeito à teoria aplicada e a ação de política econômica, enfatiza a importância da política monetária (acomodatícia na proposta de Minsky) para uma economia capitalista de produção, ressaltando o papel do Banco Central como prestador de última instância.

Embora Minsky não descarte a especulação, ela não é o movimento principal. O crescimento

dos preços dos ativos em relação aos preços de produção (que Minsky acredita ser positivo para o processo de acumulação) está, hoje em dia, ligado a ciclos especulativos alavancados por créditos bancários, conduzindo na maioria das vezes às crises bancárias.

Os pós keynesianos enfatizaram a característica que fundamenta uma economia monetária de produção para melhor entendimento da realidade do sistema capitalista. Segundo Sidnei Coutinho Aguiar (1996:89/90), a economia monetária de produção tem as seguintes características:

"a) uma economia em que os processos de produção objetivam lucros monetários esperados (no futuro); b) a realização desses contratos no futuro é incerta devido, entre outras razões, ao comportamento imprevisível do mercado; c) os contratos monetários são característicos dessas economias, por reduzirem, sem eliminar, o grau de incerteza; d) a moeda além de meio de troca tem a propriedade de liquidez absoluta; e) e as deficiências de demanda efetiva podem ocorrer nessas economias devido à moeda ser preferida como reserva de valor, no lugar de outras formas reprodutíveis de riqueza; f) e as decisões econômicas relevantes dessas economias (como produzir e investir) têm como base a formação de expectativas empresariais num ambiente de incerteza".

A existência de incerteza, característica do mundo capitalista atualmente, torna crucial o processo de formação de expectativas pelos empresários no que diz respeito ao comportamento dos negócios (decisão de investimento, investimento afetivo e os retornos futuros).

Diante do exposto, acreditamos que as teorias heterodoxas são válidas e superiores as defendidas pelo mainstream, que não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio, da especulação e da incerteza, embora o pensamento heterodoxo perca um pouco da atualidade em virtude das complexas e rápidas mudanças que estão ocorrendo na economia mundial.

Porém, mesmo com a superioridade do paradigma da instabilidade e paradigma da dinâmica contraditória, esses necessitam de alguma atualização para conseguir explicar a dinâmica financeira das atuais economias capitalistas. Diferentemente da afirmação dos economistas do mainstream, o sistema capitalista de mercado necessita de rédeas e amarras para funcionar a contento. O período dos Trinta Anos Gloriosos, que representou e apresentou o período de mais elevada taxa de crescimento no capitalismo, somente foi possível e viabilizado pelas regras e amarras no mercado realizadas pela intervenção do Estado.

Em economia, diferentemente do que apregoa a ortodoxia, nenhuma teoria é definitiva. A mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públicas. Mas como frequentemente ocorreu no passado, o economista e o tomador de decisões públicas estão hoje atrasados em relação à realidade econômica e financeira.

A crise atual do capitalismo coloca a marcha indiscriminada do liberalismo de mercado em xeque. No período posterior a queda do comunismo comandado pela União Soviética, assistimos aos Estados Unidos da América refazer a economia mundial à sua própria imagem e semelhança. Porém, os bastiões desse novo liberalismo (México e Países Asiáticos, ou seja, os chamados países emergentes) e até, a Rússia e o Japão, estão mostrando as fraquezas e falhas próprias desse sistema.

No momento em que no mundo globalizado, não apenas o capital mas também as idéias viajam a velocidades alucinantes, a crise financeira em certas partes do mundo tem servido, "simplesmente, para sublinhar o fato de que a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização pela via do mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fé desfilando como ciência" (Bello apud Rossi, 1998:10) ●

* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

QUESTÃO NORDESTE CONSTRUÇÃO

SAMUEL COSTA FILHO*

O desenvolvimento econômico, uma das preocupações dos primeiros economistas clássicos somente voltou ao debate econômico após a Segunda Guerra Mundial em meio a chamada Guerra Fria entre o Leste e Oeste.

A supremacia Keynesiana ao enfraquecer a ideologia liberal produziu a descrença nos mecanismos de mercado para resolução do problema do subdesenvolvimento e das regiões atrasadas.

Nos anos 50 surgiu na América Latina a Teoria Econômica da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), com uma abordagem alternativa para explicar o atraso dos países desse continente. A CEPAL propôs, ainda, formas de superá-lo. Opondo-se ao liberalismo neoclássico, Raul Prebisch e teóricos da CEPAL construíram uma interpretação original de desenvolvimento para os países latino americanos.

O pensamento Cepalino colocava que, se as economias ditas periféricas continuassem presas ao livre jogo das forças de mercado nunca deixariam de ser subdesenvolvidas, agrárias, voltadas para o mercado externo, e com crescentes problemas de balanço de pagamentos.

Para sair da situação de atraso e subdesenvolvimento, a CEPAL defendeu que os países latino americanos teriam que implementar uma política deliberada de desenvolvimento industrial, promover uma reforma agrária, melhorar a alocação de recursos produtivos e impedir a evasão da produtividade. Tratava-se de promover uma industrialização voltada para o mercado interno.

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou no fim dos anos 60 com sua economia comandada pelo setor industrial. As idéias Cepalinas influenciaram diretamente esse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande pelo desempenho favorável da economia. No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de um parque industrial que chegou a ser o oitavo ou nono do planeta. (Tudo em benefício de uma fração reduzida de sua população).

A atuação do Estado estimulando o desenvolvimento industrial também se fez presente na Região Nordeste.

Entre o período de 1960/1980, o efeito e ação do Estado com suas políticas públicas e incentivos fiscais, ajudou a integrar a região Nordeste na dinâmica e lógica da economia nacional.

Como bem salientou Araújo (1997:454): "No global, nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. Vários estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento médio em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)".

Ocorre que todo esse crescimento e integração econômica não homogeneizou a estrutura produtiva da região Nordeste e das demais regiões do Brasil. Hoje em dia são claras as falhas e deficiências na execução e implementação da política de desenvolvimento.

As mudanças no cenário internacional, a globalização e a ideologia liberal que está atualmente impregnando a política econômica do governo tenta convencer a todos que estamos frente a um novo padrão de crescimento econômico no Brasil. Segundo esta ideologia ora em voga, essa nova fase do capitalismo prescinde das ideologias (capitalismo X socialismo/comunismo), e não necessita da participação ativa do Estado nas atividades econômicas.

Desde o início da crise da dívida externa nos anos 80 que o Estado Brasileiro não formulou, executou e/ou implementou qualquer política de desenvolvimento. Hoje a "onda neoliberal", o processo de globalização e a formação de uma nova ordem internacional tem mantido e recolocado a solução de mercado como o melhor caminho a ser seguido pela economia brasileira.

A política econômica atualmente é declaradamente favorável às iniciativas e operações de empreendimentos privados nacionais e, principalmente, estrangeiros considerados essenciais ao nosso desenvolvimento. Assim, assiste-se a uma abertura comercial e integração produtiva comandada essencialmente pelo mercado internacional.

- A ATUALIDADE DA IDÉIA DE DE UM NOVO NORDESTE

O projeto nacional em execução está reformando e modernizando o setor público pela via da privatização e desregulamentação. É forte a pregação e defesa do "Estado Neutro". Quem se opõe a este estado de coisa é acusado de está contra a modernização e a favor do atraso. São os chamados dinossauros.

Na ausência de uma política de desenvolvimento, a maioria dos Estados e até Municípios partiram para a chamada "Guerra Fiscal". Frente a complexidade da nova ordem internacional esse instrumento de luta entre Estados e Municípios é de efeito reduzido, sendo necessário a implementação de um conjunto amplo e variado de políticas para promover o desenvolvimento.

O presente artigo se insere na defesa do resgate das políticas de longo prazo e na necessidade de se criar "um novo estilo de desenvolvimento para o Brasil". No bojo desse projeto de desenvolvimento devemos priorizar e recolocar as questões que digam respeito a maioria dos brasileiros. Certamente dentre elas deveremos incluir o problema das disparidades sociais e regionais, a questão agrária, saúde pública, educação, violência urbana, etc. Fundamentalmente, esse modelo de desenvolvimento diverge das soluções liberais para solucionar os problemas estruturais e as mazelas enfrentadas pela nossa sociedade. No que diz respeito ao Nordeste, defende

a formulação de "uma nova política de desenvolvimento" visando modificar a estrutura da região na direção da homogeneização social. ("O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais" (Furtado, 1992:38)).

Parafrazeando Celso Furtado (1992:3): "*Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevistas que requerem a pureza de alma de um Dom*

Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar".

Embora considerando positiva a iniciativa do BNB (Banco do Nordeste do Brasil S/A), no exercício da sua função de agência de desenvolvimento, de estimular e promover a criação de idéias inovadoras para desenvolver cada Estado da região, nos nós colocamos a favor de, como diz a própria introdução do regulamento do BNB, de "*sugestões abrangentes de programas e projetos de interesse da sociedade nordestina*", ou seja, mais especificamente pretender trabalhar e restaurar o "espírito" e a "idéia de unidade regional" para a implantação de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste. Além do que, esses projetos a nível dos setores, indústrias, Estados, etc. devem ser implementados no quadro mais amplo e geral de uma nova política de desenvolvimento regional.

Tendo em vista o objetivo anteriormente citado, afirmamos que embora frente ao "novo cenário internacional" e a "globalização", continuam atuais "velhas idéias" na construção de um Novo Nordeste. Dentre elas podemos citar:

1 - que a luta pela formulação e implementação de uma política de desenvolvimento regional (tanto no aspecto intelectual como na prática) continua atual e necessária apesar das mudanças que estão ocorrendo atualmente no mundo;

2 - que a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento não perde sua importância e funcionalidade apesar da crítica e dos avanços neoliberais. Embora, devamos reconhecer que sua funcionalidade se modifica e torna-se necessário a sua regeneração (Para que o mesmo deixe de ser reféns das elites e sirva as classes médias e as populações excluídas);

3 - com isso, se faz necessário refazer e reformular o Estado brasileiro, visando dotá-lo de condições para execução de suas funções públicas;

4 - continua válida a descrença quanto aos mecanismos de mercado baseados no

individualismo, automatismo, não intervenção, racionalidade e utilitarismo, para transformar as estruturas arcaicas do quadro regional;

5 - que a reforma do Estado para atingir e ter eficácia e eficiência deve, acima de tudo, estar assentada em maior justiça social e representatividade democrática; elementos contrários a linha neoliberal que busca eficiência relegando o social ao segundo plano;

6 - que as idéias de alguns economistas, como Kalecki, Schumpeter, Furtado sejam referenciais sumamente importante para nos orientar na busca de nosso desenvolvimento;

7 - devemos reivindicar políticas seletivas e global de desenvolvimento para o Brasil e o Nordeste brasileiro que transformem a atual realidade nacional.

Assim, "velhas idéias" ainda continuam referenciais sumamente atual e importante para orientar uma nova política de desenvolvimento. Todavia, muito do que pode ser realizado na região Nordeste depende de vontade política. Caso a sociedade nordestina não demonstre vontade de modificar este quadro, as políticas liberais trabalharão para concentrar ainda mais a renda na região.

Para os que classificam de "velhas" as sugestões apresentadas, afirmo apenas que em economia e política, o comum é a malfada novidade, o velho travessado de "novo" (Batista Jr., 1998). Afinal o "neoliberalismo" e suas prescrições não passa de uma regressão ao século XIX. E a chamada globalização atual não se apresenta maior e mais intensa do que a ocorrida no início do presente século, ou seja, o capitalismo não vive uma situação de internacionalização do capital e abertura econômica maior de sua história.

Finalizando, acrescento que as práticas liberais e/ou neoliberais em matéria de política social, quando existem, não são originárias de sua fonte, fazem parte de idéias socialistas ou democratas que com o tempo e circunstância, são apropriadas pela ordem "liberal" ●

Processo de Implementação PROGRAMA DE PRIVATI

MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO*

PROCESSO HISTÓRICO DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

I - BREVES REFERÊNCIAS HISTÓRICAS GERAIS

A partir da metade do século passado, quando o processo de acumulação primitiva do capital, deixou de ser pressuposto externo ao sistema de produção de mercadorias para se transformar em um elemento interno de sua reprodução, o capitalismo passou a viver a sua fase de liberalismo por excelência. Dessa forma o liberalismo foi transformado em credo do capitalismo. Deixou de ser apenas uma exigência para se tornar mediação obrigatória para o desenvolvimento do capital e da sociedade. Essa fase áurea chegou a seu fim com a grande depressão de 1929.

A doutrina econômica liberal, que recomendava liberdade total para as leis de mercado, é vencida pela própria realidade, obrigando o Estado a abandonar sua posição de "vigia da economia" para se transformar em instrumento de salvação do sistema, com suas políticas de apoio direto ao processo de acumulação de capital e com suas políticas sociais compensatórias de ajuda para os excluídos do mercado. Esse processo de desenvolvimento, alicerçado na interdependência entre a expansão da economia capitalista e a intervenção estatal estabelecida desde a Segunda Guerra Mundial se estendeu até meados da década de 70, quando começou a ser questionado.

Os críticos da intervenção do Estado, encontram na evidência do esgotamento da intervenção estatal construído ao longo do chamado Welfare State, e na necessidade de um emergente processo de reestruturação produtiva nas empresas capitalistas nos países desenvolvidos, sua fonte de apoio para o retorno do liberalismo. Essa exigência demonstra claramente que o aparato estatal, concebido no período anterior, não possuía instrumentos eficazes de coordenação e ordenamento do sistema, não tendo portanto, condições de responder

positivamente às novas perspectivas de acumulação de capital.

II - BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO ANCORADA NO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A CRIAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Para compreendermos o Programa de Privatização levado à prática no Brasil, faz-se necessário realizar uma rápida análise do processo que originou o significativo setor produtivo estruturado por empresas estatais.

A partir dos anos 30, instaurou-se no Brasil um novo modelo de acumulação, caracterizado pela substituição de um modelo agrário-exportador por outro que tinha o centro do processo de acumulação na indústria voltada "para dentro". A implementação desse modelo teve que enfrentar diversos problemas, entre os quais destacamos:

- i) A ausência de um setor financeiro capaz de financiar o processo de acumulação industrial;
- ii) Ausência de um setor produtor de bens de capital e de insumos básicos.

Com o objetivo de sanar os referidos problemas e possibilitar a reprodução do novo modelo de acumulação de capital, embora sem um plano nacional de desenvolvimento, com metas econômicas e sociais estabelecidas a serem alcançadas, o Governo Vargas procurou assumir a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar a atividade produtiva. Para tanto, o Estado começou a incentivar as exportações com a finalidade de gerar as divisas necessárias, para adquirir no exterior, os insumos indispensáveis à produção das mercadorias internamente, como também, passou a investir diretamente na produção. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado incentivava as exportações, diversas empresas estatais eram criadas para produzir os insumos básicos requeridos pela indústria interna.

Ao final da 2ª Guerra Mundial o setor produtivo estatal, já estava presente em diversos setores, como infra-estrutura de

transportes, CSN, CVRD, BB, SUMOC, Caixa Econômica e bancos estaduais. Ao longo da década de 50, sua atuação foi ampliada com a criação do BNDE, PETROBRÁS, BNB, e pela aquisição e/ou construção pelo Estado de siderurgias e hidroelétricas. Outrossim, o BNDE ao injetar recursos em vários empreendimentos, acabou transformando-se em acionista de grande número de empresas privadas, p. ex. Usiminas e Cosipa. Constituído-se em "hospital" destinado à recuperação de empresas privadas deficitárias, as quais após o "tratamento" financeiro às custas do dinheiro público, voltam às mãos particulares.

III - CRISE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E OS CAMINHOS QUE LEVARAM ÀS PROPOSTAS CONSERVADORAS DE SAÍDA DA CRISE

A explicitação do estrangulamento das contas internas e externas e o crescente processo inflacionário, em fins de 70 e início de 80, herança da forma de implementação do programa de substituição de importação, conduziu os setores conservadores do país em aliança com o capital financeiro transnacional a atribuir às empresas estatais a responsabilidade pelo déficit público e pela inflação.

Obviamente, que os setores referidos chegaram a essa conclusão, devido não ser de seu interesse tornar claro para a população brasileira que o déficit das empresas estatais é resultado da venda de seus produtos e serviços a preço subsidiados aos monopólios privados; é derivado da instrumentalização dessas empresas como mecanismo antiinflacionário e de reequilíbrio do balanço de pagamento; é decorrente da utilização de grande número de empresas estatais para captação de empréstimos externos - new money - junto às instituições multilaterais de crédito - devido à ruptura do padrão de financiamento apoiado em recursos externos -; é resultante, por fim, da forma específica de reestruturação da dívida externa, na qual para evitar a

do ZAÇÃO

transferência do ônus do ajustamento para o setor privado, levou o Estado a assumir tal dívida, através da estatização da mesma pelas empresas estatais e Banco Central.

Portanto, o papel do Estado foi se fragilizando e ao invés de implementar planos de desenvolvimento econômico e social, o substituiu por "pacotes" de medidas econômica-financeira inspirado no receituário recessivo e inflacionário dos bancos credores transnacionais, diretamente ou através do FMI, Clube de Paris, e outros.

Por conseguinte, a crise fiscal e financeira do Estado e das empresas estatais, para esses setores, constituíram-se em elemento fundamental de sustentação da necessidade de um Programa de Privatização, tendo em vista que para os mesmos as empresas estatais apresentam uma estrutura produtiva ineficiente.

IV-CENÁRIO DA PROPOSIÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO E SUAS DIFERENTES FASES

Durante a década de 80, assistimos a revitalização do liberalismo como reação político-ideológica à crise dos anos 70. Conforme a visão conservadora, presenciemos a ineficácia do Estado em controlar essa crise, acompanhamos a funcionalidade e adequação do neoliberalismo para a classe dominante e a derrocada do "socialismo". Diante dessa situação, foram implementadas diversas reformas visando um "pretenso" ajustamento econômico.

Com o objetivo de avaliar essas reformas econômicas empreendidas na América Latina, realizou-se uma reunião entre membros dos organismos da América Latina em 1989, cujas recomendações conhecidas como "Consenso de Washington" atingem dez áreas, quais sejam: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e propriedade intelectual.

No tocante ao papel do Estado, a proposta é a de equilíbrio fiscal como forma de combater a inflação e os problemas de desequilíbrio externo. Para tanto, os neoliberais prescreveram o corte drástico nos gastos públicos e a redefinição do papel do Estado, setor produtivo estatal economicamente estratégico, uma vez que a privatização das empresas estatais tem a finalidade clara de garantir a maior eficiência pela iniciativa privada, o que promoveria a auferição de recursos para serem utilizados no pagamento das dívidas públicas.

Portanto, as recomendações do "Consenso de Washington" foram assumidas completamente pelo Governo Federal, com a justificativa de que somente este caminho levaria o Brasil a modernizar-se e a integrar-se vantajosamente ao primeiro mundo. Essa situação nos leva a conclusão de que a privatização não foi um processo soberano de política econômica nacional, devido o mesmo ser sobredeterminado pela pressão não somente dos credores, mas também fazer parte de um ajustamento estrutural necessário à estabilização, condizente com o receituário neoliberal que beneficia empresas e os países desenvolvidos.

IV.1-PRIVATIZAÇÃO PRÉ-COLLOR

A privatização, enquanto um programa de governo tem início com o Decreto 86.215, de 07/81, ainda no Governo Figueiredo. Ao longo da década de 80 o processo de privatização se caracterizou como uma alternativa de política econômica e procurou desenvolver uma estratégia de ajuste patrimonial. A privatização que aconteceu no decorrer deste período deve-se ao BNDES, e visou restaurar a estabilidade financeira-econômica.

Por conseguinte, a privatização desenvolvida na fase pré-Collor se distinguiu pela "reprivatização" de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado. Essa primeira fase se constituiu em um mecanismo marginal e limitado, decorrente da privatização de apenas

empresas de pequeno porte e de não ter se estendido a setores básicos do setor produtivo estatal.

IV.2-PRIVATIZAÇÃO DÉCADA DE 90

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização - PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo Collor, destacando-se, inclusive, o BNDES como gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND.

O discurso oficial argumentava que o PND se constituía em parte essencial das reformas do governo para a modernização da economia brasileira. Tais reformas tinham em vista permitir a mudança do papel do Estado, através da concentração dos seus recursos e de suas ações nas áreas sociais; auxiliar no ajuste fiscal, o que provocaria a redução da dívida pública; permitir a retomada dos investimentos nas empresas e atividades desestatizadas com os recursos dos novos proprietários; estimular a concorrência no mercado, contribuindo para o aumento da qualidade de bens e serviços ofertados à população; e, fortalecer o mercado acionário, com maior pulverização do capital. Ou seja, o argumento oficial deixa claro que o Programa de Privatização procura liberar o Estado do peso da sustentação de empresas estatais deficitárias, com o objetivo não somente de reduzir o tamanho do Estado mas de dotá-lo de capacidade de intervenção em novas bases.

Com essa finalidade o governo Collor deu início a um ataque frontal ao Estado. Na primeira semana de sua administração, esse governo extinguiu onze empresas estatais e treze outras agências. Entretanto, entendemos que na medida em que a privatização passa a ser enfocada como instrumento importante de redução do déficit público e, principalmente, de permitir um ajuste patrimonial de curto prazo, cancelando passivos com a venda de

ativos (empresas estatais), a mesmo deixa de contribuir como um mecanismo de modernização, tendo em vista a propalada reestruturação produtiva.

Todavia, no início do Programa de Privatização existiam restrições constitucionais que impediram a venda de importantes setores das empresas estatais à iniciativa privada, em decorrência dos monopólios estatais e de serviço público. Devido a essas condições o Programa de Privatização foi iniciado pelo setor de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Contudo, para a completa execução desse programa o governo começou uma luta por reforma na Constituição, com o argumento de que o Brasil não pode "perder o bonde da história", ou seja, não pode perder sua oportunidade de integrar-se ao primeiro mundo.

O Programa de Privatização coincide com a nova etapa de renegociação da dívida externa e com a estratégia de recomposição de carteiras dos credores internacionais. Daí, o padrão básico deste processo, se fundamentar na troca patrimonial simultânea à abertura comercial/financeira combinada ao câmbio valorizado. E, a articulação dos sujeitos econômicos se centrarem em três grupos ligados ao órgão gestor - BNDES - as empresas privadas de consultoria, os agentes financeiros detentores de ativos compulsórios e a parcela do setor industrial interessado na aquisição da empresa.

Conseqüentemente, o Programa de Privatização que foi concebido como uma estratégia de ajuste patrimonial, redundou em uma "privatização-business", o que significa que a troca patrimonial pôde ser transformada em uma oportunidade alternativa de ganho de capital de curto prazo. O governo federal estabeleceu um Programa de Privatização de forma voluntarista cujo ponto fundamental consistiu na troca de dívidas selecionadas, aceitas pelo valor de face, contra ações de empresas estatais, para as quais o BNDES e as empresas de consultoria determinam um preço mínimo de venda.

Por conseguinte, ao longo dos anos 90 e, em particular, no governo FHC, assistimos a progressiva continuidade no Programa de Privatização, inclusive, com o fim de monopólios estatais e da inclusão nesse programa de empresa de serviço público, tal como é o caso das telecomunicações. Essa política privatizante se desenvolve sem um plano que defina claramente a agenda do Programa de Privatização, o perfil dos

compradores, os possíveis condicionantes à transferência dos ativos e os mecanismos de regulamentação pós-privatização, por parte do Estado.

O Programa de Privatização ficou, portanto, subordinado à obsessão fiscal, demonstrando que o mesmo, enquanto elemento de uma estratégia de política econômica global foi, até agora, inócuo no curto prazo. Essa situação evidencia, que a privatização indiscriminada dos setores produtivos estatais não se constitui na melhor alternativa estratégica para o desenvolvimento do país. Na realidade, podemos afirmar que a privatização das empresas estatais, por um lado, se inscreve em um quadro de desnacionalização, de abdicação da direção do processo de desenvolvimento por parte do Estado. E, por outro lado, se constitui em benefício ao capital transnacional, tomando provável a desindustrialização, ou seja, o sucateamento da indústria nacional. Situação que conduz o país a tornar-se mais dependente do exterior e mais vulnerável às crises econômicas de origem externa.

No entanto, entendemos que a revolução técnico-científica, ora em desenvolvimento, impulsiona a uma nova divisão internacional do trabalho e a uma crescente mundialização da economia, o que patenteia a necessidade de uma discussão sobre o papel do Estado no desenvolvimento desta. Todavia, não podemos reduzir o debate à privatização centrada nas questões fiscais e nos benefícios financeiros, como fazem os neoliberais. Devemos imprimir ao debate uma formulação de uma política de estratégia industrial e de desenvolvimento do conhecimento científico de maneira a garantir que a inserção da economia brasileira no contexto da mundial ocorra de forma competitiva, e não subordinada aos monopólios transnacionais.

Portanto, concluímos que carecem de fundamento as afirmativas dos conservadores e neoliberais de que a presença do setor estatal na economia brasileira é muito elevada, para os padrões capitalistas, e de que o mesmo é o principal fator de ineficiência e de agravamento da crise econômica-financeira e social do Brasil. Senão, é a crise que leva o setor estatal produtivo e os serviços sociais básicos às dificuldades ●

* *MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO* é Professora do DECON /UFPI, Mestre em Economia Rural pela UFPB e Doutoranda do Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente na UNICAMP.

**PARABENIZAMOS A
PROFESSORA JAÍRA M^a
ALCOBAÇA GOMES PELO
PRIMEIRO LUGAR -
CATEGORIA PROFISSIONAL -
OBTIDO NO PRÊMIO PIAUÍ
DE ECONOMIA/98.
PUBLICAMOS UM RESUMO DA
MONOGRAFIA .A AUTORA É
PROFESSORA ADJUNTO DO
DECON/UFPI E DOUTORA EM
ECONOMIA APLICADA PELA
ESALQ/USP**

Analisa-se a distribuição da renda e a pobreza no Piauí nos anos 90, identificam-se os condicionantes sócio-demográficos dessa distribuição e verifica-se a influência das variáveis situação do domicílio urbano e rural, educação, sexo, idade, posição na ocupação, horas de trabalho e setor de atividade no perfil distributivo da renda e na pobreza entre as pessoas economicamente ativas.

A pobreza é enfocada sob o ponto de vista da insuficiência de renda, associando-se também outras variáveis relativas à caracterização dos domicílios, segundo infra-estrutura básica e alguns bens duráveis.

Os resultados das regressões, considerando os dados publicados nas PNAD de 1984 a 1996, indicaram que o nível de pobreza absoluta no Piauí está mais associado com as variações na renda média do que com as mudanças no grau da desigualdade da distribuição da renda. Também, verificou-se que a influência da inflação sobre a desigualdade e pobreza é positiva, entretanto, o coeficiente dessa variável não é estatisticamente diferente de zero.

Os dados individuais das PNAD de 1992, 1993 e 1995 mostraram que os principais determinantes das variações do rendimento de uma pessoa economicamente ativa no Piauí são a idade e a escolaridade. No domicílio urbano, destacam-se a idade e a escolaridade e, no rural, a idade, horas de trabalho e a escolaridade. Na atividade agrícola, a idade, a posição na ocupação e horas de trabalho.

A pobreza nos anos 90 é ainda elevada, principalmente quando se considera o domicílio rural e as pessoas ocupadas na agricultura.

O desenho de políticas sociais deve passar prioritariamente por alternativas de geração de renda agrícola, mas contemplando formas de renda oriundas de atividades não-agrícolas. Para tanto, é necessário dotar, inicialmente, o espaço rural piauiense de infra-estrutura básica ●

A UNIVERSIDADE DIANTE DE UM NOVO PARADIGMA

Tiago Cardoso Rosa*

Nesse modelo de sociedade pós-capitalista, as empresas estão enfrentando um novo tipo de concorrência, radicalmente diferente do modo de produção da economia industrial onde a preocupação com as preferências ou satisfação do cliente não era a tônica maior. A realidade que se apresenta deixa bem claro que as empresas para melhor competir com seus concorrentes devem praticar um esforço bem mais forte no sentido de trocar "a filosofia de produto e de venda por uma filosofia do consumidor de marketing". A forma com que as empresas podem continuar conquistando consumidores e vencendo seus concorrentes está em desenvolver um trabalho de alta qualidade que coloque a satisfação e necessidades de seus clientes como objetivo principal. Este será o caminho que as organizações universitárias, as que querem se fortalecer, terão que percorrer para adequar-se ao novo modelo de sociedade, que está em processo de construção e que se consolidará com a efetivação do conceito de terceiro milênio.

Uma nova marca bem acentuada, atualmente, no tipo de economia que se vivencia, é que as empresas mudam suas estratégias, ao invés de estarem mais preocupados com a criação de novos clientes. As universidades para se comportar como empresas, terão que redesenhar seus propósitos. Ao contrário de sua posição; gerar ensino e pesquisa mas,

sem se preocuparem se estão adequadas ou não às expectativas da demanda. Esta política deixa bem claro o não comprometimento que esta tem com a sociedade que a mantém.

As organizações, qualquer que seja a sua natureza, só conseguirão sobreviver se entenderem que um produto só agrega valor e satisfaz a quem o possui se produzido respeitando as necessidades de quem o demanda, de outra forma não terão respostas positivas. Muitos teimaram em não respeitar estes paradigmas e tiveram como resultado uma série de insucessos. A Ford manteve o modelo T de cor preta quando os consumidores estava a exigir outra variedade de cores; a GM continuou a produzir carro grande quando os consumidores se definiam por carros menores. Mais recentemente, os clientes começaram a insistir na qualidade e muitos não responderam e somaram uma gama de derrotas.

Isto deixa claro que muitas fórmulas que foram vitoriosas no passado não serão regras para se continuar vencendo. A proporção que o tempo passa novas vocações de consumo vão aparecendo e novas maneiras de satisfazer o cliente devem ser criadas para que as organizações continuem competindo de forma saudável. Esta receita servirá de base para que as organizações universitárias lutem pelo seu fortalecimento na produção de algo consistente e que estejam

dentro das expectativas e necessidades das demandas requeridas pela sociedade e, especialmente pelo contexto social produtivo.

Esta preocupação não bem nítida em economia de escassez ou onde predominem mercados quase monopolizados, onde os produtos e serviços possuem qualidade inferior. Outra característica desse tipo de realidade é que os fabricantes e vendedores não se preocupam com as técnicas de melhor vender.

Uma marca muito forte dessa sociedade pós-industrial, já observada por Peter Drucker, 35 anos atrás, é o papel das empresas na criação de novos consumidores. Somente aquelas que oferecem valor superior aos seus clientes conseguem ser competitivas e permanecerem no mercado por muito mais tempo. Mas esta permanência depende muito da interação do pessoal de marketing com o pessoal dos outros departamentos da empresa na busca de encontrar formas melhores que encantem o consumidor e ofereçam um valor agregado ao produto-serviço muito maior que seus concorrentes e afinado com suas expectativas e preferências●

*Tiago Cardoso Rosa é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Mestre em Gestão Universitária / UFPI e Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

Considerações acerca do sucesso do mod Ceará e do entrave econômico-in

MOACYR FERRAZ DO LAGO*

O papel do governo tem sido redefinido nos últimos anos. A nível federal, a iniciativa partiu do presidente Fernando Collor, em 1990. O então líder da nação acompanhou a tendência da economia mundial abrindo a economia do país e iniciando um processo de privatização de empresas estatais. A nível estadual, o exemplo mais contundente é o do vizinho Estado do Ceará, cujos índices de mortalidade infantil caíram 60% desde 1986 e tem a economia mais próspera do país, com média de crescimento de 5% ao ano, bem acima da média nacional. Em setembro de 1998 o crescimento da produção industrial cearense ficou na ordem de 19% em relação ao mesmo período do ano passado, ao passo que a média brasileira ficou por volta de 2%. A fórmula de tamanho sucesso parece ser o modelo político/administrativo adotado no Estado. Modelo este que se mostrou capaz de, nas eleições gerais de 1998, conquistar o governo do Estado pela quarta vez consecutiva, reelegendo Tasso Jereissati no primeiro turno para o seu terceiro mandato e segundo consecutivo com uma votação superior a 60% dos votos válidos, prova definitiva da aprovação da população e de seu desejo por continuidade.

Vale, de modo – por que não dizê-lo – didático, investigar as condições em que se encontrava o Ceará antes do ciclo de desenvolvimento que atravessa e os mecanismos utilizados para chegar a tal nível de excelência. O Prof. Dr. Jair do Amaral Filho, catedrático e pesquisador da Faculdade de Economia, Atuariais, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, desenvolveu tese neste sentido, que foi

considerada, para a elaboração do presente artigo. O desempenho cearense também já chama a atenção da comunidade científico/acadêmica piauiense: o prof. Washington Bonfim, cientista político e catedrático do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Piauí, baseia sua tese de doutoramento na Universidade de Massachusetts – EUA no processo de surgimento de uma nova elite política no Estado do Ceará e nas mudanças sociais, políticas, administrativas e econômicas promovidas por esta.

1) Conjuntura do Estado do Ceará no período anterior a 1987.

Antes de 1987, a conjuntura econômica e de poder no Estado do Ceará era a seguinte:

- 1) uma relação promiscua entre empresários e Estado e uma forte dependência financeira provocada por esta relação, bem como a falta de eficiência que gerava no comportamento empresarial;
- 2) um estado de compromisso estabelecido pelas elites tradicionais do Estado, donde derivava o clientelismo local;
- 3) uma irracionalidade fiscal-financeira generalizada e,
- 4) arrocho salarial, pobreza epidêmica e graves problemas sociais.

A partir de 1987, observa-se uma substituição desse comportamento por um outro, mais autônomo e ativo e mais cooperativo para com um ajuste fiscal imposto pelo governo federal. Em consequência, observa-se a passagem da situação que pode-se caracterizar como “círculo vicioso” para uma situação de “círculo virtuoso” em matéria de gestão pública.

Este processo teve início e lugar em 1978 no Centro Industrial do Ceará (CIC), quando assume sua direção um grupo de “jovens empresários”, liderados por Tasso Jereissati e filhos da primeira geração de industriais locais, convidados por algumas lideranças da “velha geração” para dirigir este órgão. Abriu-se aí um espaço para que novas idéias políticas surgissem no seio da principal associação do empresariado local. Convém dizer que, apesar de ser casado com uma das filhas de Edson Queiroz, um dos maiores ícones do empresariado cearense e o homem mais rico da história do Ceará, com inegável poder político, morto em 1982, Jereissati não tem ligações históricas com as antigas elites políticas tradicionais cearenses, centrando seu governo, dentre outras metas, em promover a renovação do quadro político do Estado.

Situação política e social do Ceará em 1987

e do Piauí em 1998

Ceará 1987	Piauí 1998
Relação empresariado/Estado promiscua	Empresariado despreparado e em nº insuficiente
Elites tradicionais monopolizantes	Elites tradicionais monopolizantes
Irrracionalidade fiscal/financeira	Irrracionalidade fiscal/financeira
Arrocho salarial	Desemprego crescente e baixos salários

elo político-econômico do Estado do stitucional do Estado do Piauí **

Em última instância, o elemento que propiciou o nascimento de um processo de reajustamento e crescimento no Ceará foi a lucidez e a consciência desses empresários-políticos com relação ao processo sócio-político que o país atravessava e suas implicações internas e externas. Isso permitiu a formação de um projeto não só de ajustamento do setor público, mas um projeto com repercussões sobre o crescimento econômico e a dinâmica político/social do Estado, cuja base fundadora não encontra respaldo nas tradições locais. Sem essa tomada de consciência, tal processo de mudança cairia no vazio, transformando-se num processo de destruição sem criação, em oposição ao processo de destruição criativa preconizada por Schumpeter. Sem dúvida, o que se verificou no Ceará foi um processo de destruição criadora: o fim do antigo esquema de poder e modelo de administração pública, ultrapassado e viciado e o nascimento de um novo modelo progressista e um esquema de poder que combina a social-democracia com as rígidas normas de gestão empresarial, estas últimas qualificadas por alguns, a meu ver erroneamente, como premissas básicas do neoliberalismo (ver quadro)

II) As Principais medidas.

O modelo de ajustamento adotado no Ceará pelo governo dos "jovens empresários" teve como principal e imediata estratégia o ajuste financeiro baseado na diminuição da necessidade de empréstimos, seja junto ao mercado, seja junto às autoridades monetárias federais, através do aumento da receita própria do Estado e da diminuição de suas

despesas. As providências tomadas no sentido de aumentar as receitas foi o melhoramento e modernização do sistema de arrecadação de impostos e taxas do domínio do governo estadual, a introdução do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC), que permitiu que fossem obtidos ganhos financeiros significativos com a aplicação das reservas de caixa no mercado financeiro, a diminuição e racionalização das despesas correntes do governo, como um corajoso corte com gastos com pessoal e a suspensão de várias "rubricas" no orçamento estadual. Some-se a tudo isso a adoção de um novo e rígido padrão ético e a profissionalização da máquina burocrática.

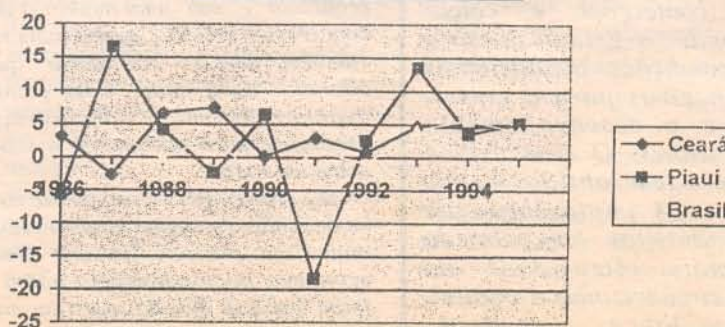
O governo do Ceará empreendeu esforços no sentido de dinamizar e crescer o Produto Interno Bruto estadual (produção de riqueza), mesmo porque o aumento do PIB local faz aumentar mecanicamente a base arrecadadora. As principais medidas foram:

1) Uma mudança na política de compras do governo, onde é dada preferência aos produtos produzidos dentro do Estado;

2) Políticas agressivas de incentivo à indústria do turismo - vocação natural do Ceará - através de uma política de atração de turistas nacionais e estrangeiros (investimento em difusão de imagem fora do Estado); bem como de uma política de estruturação setorial específica ao turismo (PRODETURIS - CE, PRODETUR e um batalhão especial da Polícia Militar do Ceará voltado à segurança ostensiva das zonas de grande fluxo de turistas: a chamada PM-tur), com repercussões em outros setores, como serviços, indústria do artesanato e produção cultural, etc.

Está em fase final de implantação na praia de Iracema, um dos cartões postais de Fortaleza, o Instituto e o Centro Cultural Dragão do Mar, com uma vasta infra-estrutura de dois cinemas de arte, teatro de 250 lugares, anfiteatro com capacidade para 900 pessoas, biblioteca, museu de arte popular, planetário, salão de mostras temporárias

Variação do PIB do Brasil, Ceará e Piauí 1986-1995 (%)



Fonte: IPLANCE, SUDENE/DPO, Contas Regionais.

rárias e escola de artes plásticas. Conta também com uma lei de incentivos fiscais específica para a cultura e que, dentre outros eventos, já viabilizou em território cearense a filmagem de 3 (três) longas-metragens para o cinema e a ambientação de uma novela de televisão, levada ao ar desde agosto de 1998 pela Rede Globo de Televisão;

3) Política industrial, baseada em quatro pontos específicos:

a) apoio à pequena e média empresa, incentivando a livre iniciativa e a formação de novas gerações de empresários, o que fez do SEBRAE cearense um dos mais completos e eficientes do país;

b) atração de capitais externos através de uma política de concessão de financiamentos e isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de responsabilidade estadual, oferta de terreno e infraestrutura, além do financiamento de cursos profissionalizantes específicos para fornecer mão-de-obra especializada às empresas que se estabelecerem no Estado;

c) manutenção de constantes missões ao exterior com a função de sondar empresas que possam vir a serem instaladas no Ceará;

d) incentivos à interiorização da indústria, através da maior concessão de isenção de impostos e da criação de distritos industriais em cidades do interior;

e) potencialização e estruturação de setores emergentes, tais como o metal-mecânico, granito, confecções e calçados, onde o Estado passa a criar condições institucionais e financeiras para o crescimento e o desenvolvimento desses setores. O item "d" é o que tem obtido menos sucesso. A implantação de novas indústrias tem ocorrido com mais intensidade na região circunvizinha à capital, Fortaleza. Este é, juntamente

com o eterno problema da seca, sem dúvida, um dos maiores desafios a serem superados pelo governo cearense nos próximos anos;

4) Política de promoção de parcerias entre governo e setor privado e coordenação de parcerias entre segmentos do setor privado. Esta política foi implementada com a instalação em 1991, no governo Ciro Gomes, do Pacto de Coordenação, que reúne sistematicamente representantes do setor público e diversos segmentos da sociedade civil "empresarial": secretarias de Estado, prefeituras, universidades, institutos de pesquisa, empresários, consultores, federações da indústria e do comércio, sindicatos, etc. O objetivo dessa instituição é de buscar a cooperação desses setores na viabilização técnico-financeira de projetos, aumento da produção setorial através de flexibilização tributária, revitalização setorial, atração de investimentos, etc.

III) Os limites do modelo.

É certo que o processo de transformações recentes no Ceará não é infalível: sua trajetória pode ser perturbada por fatores regressivos presentes na sociedade local (fatores endógenos) ou no espaço externo (fatores exógenos). Esses elementos, quando não são manifestamente explícitos, estarão sempre latentes. Pode-se identificá-los nos agentes econômicos e políticos excluídos ou não adaptados no processo de ajustamento. Os mesmos tendem, porém, a desaparecer à medida em que o processo de reajustamento se estabelece, seja por esquecimento, seja por uma "oposição construtiva": os grupos opositores tendem a não se atacarem desmedidamente e a apoiar e dar continuidade às boas realizações do adversário. Um bom exemplo desta nova posição política é a prefeitura de Fortaleza, controlada pelo grupo opositor

Quadro

Neoliberalismo ou Social-democracia?

É comum entre observadores menos exigentes ou até mesmo ingênuos a tentativa de classificar o processo de ajustamento do setor público cearense, com o equilíbrio de suas contas e a diminuição da presença do Estado na economia, como baseado no paradigma neoliberal. Contudo, é errôneo rotular tal processo como neoliberal de forma radical e definitiva. Deve-se lembrar que a definição de neoliberalismo ainda não foi totalmente formulada. O que existe são opiniões de diversos teóricos, mas nenhuma pode ser considerada completa.

Existem também outras razões para que o governo cearense não seja considerado neoliberal: 1) o processo de ajustamento foi iniciado cerca de três anos antes da chegada "oficial" do neoliberalismo ao Brasil e, 2) não se observa no Ceará uma saída do Estado da economia e sim uma mudança de atitude em relação à sua parceria com o setor privado, agora mais racional e com um objetivo definido. Também deve-se considerar que a austeridade fiscal/financeira adotada nada mais é um princípio de racionalidade, comum em qualquer sistema de administração, seja ela pública ou privada e necessária para adequar-se à crise financeira enfrentada pelo Brasil como um todo.

A crítica que talvez possa vir a ser feita é que os benefícios do modelo não abrangem ainda a totalidade da população. Mas isto talvez nunca seja possível. Existem limites definidos pela situação da economia nacional e pelo baixo grau de educação da população, falha que leva décadas para ser corrigida.

ao que controla o governo do Estado mas que firma parcerias com este último no sentido de promover o desenvolvimento da cidade.

No que toca ao espaço externo, esses fatores se associam, por exemplo, ao quadro macroeconômico nacional responsável pela determinação da taxa de juros, à crise fiscal e cambial do país e à não coordenação de políticas fiscal, financeira e social entre os Estados Federados, principalmente a política de incentivos fiscais. Em outras palavras, o Ceará poderá ter seu crescimento limitado devido ao fato de que o mesmo, tendendo a tornar-se uma "ilha de excelência num mar de decadência", irá ver agravarem-se problemas que até o presente enfrentava no mesmo nível que seus vizinhos, como o aumento nos níveis de migração de populações pobres de outros Estados à procura de ocupação, contribuindo para aumentar o custo social do modelo. Entretanto, a falibilidade do processo pode ser provocada por crises endógenas (internas) ao próprio modelo de gestão e de ajustamento que denominou-se "virtuoso". Essa virtuosidade pode encontrar seu limite na ineficiência, ineficácia, perda de coerência do próprio modelo devido o seu crescimento exagerado e limites financeiros do Estado, provocados pelo peso da carga do serviço das dívidas renegociadas no início do processo de ajustamento ou pelo crescimento financeiro das mesmas decorrente das altas taxas de juros, além da queda de arrecadação provocada pelo excesso de concessões de incentivos fiscais (renúncia fiscal). Mais recentemente, pode-se incluir os desdobramentos ainda incertos da atual crise cambial.

É certo também que tal processo se torna irreversível devido a penetração da nova filosofia de regulação e de gestão pública em todo o sistema

Participação do PIB dos Estados em relação ao PIB do Nordeste (%)

Estados	Participação em 1970	Participação em 1995
Maranhão	6,3	9,0
Piauí	3,2	4,4
Ceará	12,2	16,1
Rio Grande do Norte	4,6	6,6
Paraíba	6,5	6,7
Pernambuco	24,3	17,0
Alagoas	5,5	5,5
Sergipe	3,9	3,5
Bahia	33,2	31,2

Fonte: Silva Filho, 1996.

público e privado do Ceará. O modo de regulação deixa, portanto, de ser uma proposta política abstrata para se transformar em formas institucionais concretas, que passam a regular, conduzir e reproduzir, no tempo e no espaço, as estruturas e decisões dos agentes econômicos locais.

Em resumo, o segredo do crescimento recente do Estado do Ceará é a reforma e adaptação da gestão da coisa pública às novas necessidades da economia, mesclando os princípios da social-democracia com os da administração de empresas e o processo de reeducação da população, visando a prosperidade coletiva.

IV) A situação do Piauí.

O Piauí apresenta hoje condições semelhantes às que o Ceará apresentava antes da ascensão dos "jovens empresários". Há décadas o Estado é controlado por dois grupos políticos oligarcas que se revezam no poder a cada nova eleição: o grupo dos Freitas / Napoleão, liderados hoje por Hugo Napoleão e

Freitas Neto e o dos Silva / Moraes Sousa, que tem por líderes atuais Alberto Silva e Francisco de Assis Moraes Sousa, o "Mão Santa".

Um terceiro grupo, outrora poderoso e que gerou um Ministro de Estado, dois Governadores e três Senadores da República e que firmava aliança com os Silva quando lhe era conveniente, o dos Portella, desapareceu do cenário político ao término dos mandatos de Senador da República de seus dois últimos grandes representantes: os irmãos Lucídio e Elói Portella. Este último elegeu-se como suplente, assumindo a vaga quando o titular, Freitas Neto, foi nomeado Ministro das Reformas Institucionais. Com a extinção do referido ministério, Freitas Neto reassumiu sua vaga no Senado da República no início do período parlamentar de 1999.

Esses dois grupos não têm se mostrado capazes de promover no Piauí a revolução de idéias, costumes e sistema de gestão necessária para promover a saída do

Estado do atual subdesenvolvimento, como aconteceu no vizinho Ceará. Para o observador leigo, parece que os mesmos estão, e sempre estiveram, preocupados tão somente em manter privilégios e esquemas de poder, em detrimento dos interesses piauienses. Numa análise mais lúcida, fica evidente que os grupos digladiam-se pelo comando do Estado, procurando cada um minar a capacidade do outro de realizar boas gestões. Isto gera um revezamento de poder que, em circunstâncias normais, seria proveitoso e até aconselhável, mas no caso do Estado do Piauí, mostra-se desastroso. A solução? O ideal seria o surgimento de um novo e renovado grupo político, tanto em indivíduos quanto idéias, a exemplo do Ceará. A curto prazo seria a união dos líderes dos dois grupos em prol de um interesse maior: o Piauí.

Do início da década de 1990 até os dias atuais, a capital do Estado, Teresina, tem assistido ao surgimento de novos grupos empresariais (como por exemplo, o Grupo Meio Norte e o Comercial Carvalho) e a reciclagem dos preexistentes (novos empreendimentos do Grupo Claudino), fato provocado pela nova conjuntura da economia nacional, principalmente após a estabilização da economia e à instalação de concorrência externa em território piauiense.

Contudo, o governo do Estado não tem demonstrado disposição em adaptar seu esquema administrativo a fim de tornar-se mais eficiente, rompendo com os antigos esquemas de poder, moralizar a máquina administrativa, reduzindo-a ao tamanho ideal e adotar políticas que atraiam investimentos externos para o Estado, além de inculir na população, acostumada há gerações a ser dependente do serviço público como fonte

de emprego e renda, o espírito empreendedor que caracteriza os Estados mais desenvolvidos e elevar ainda mais o atual nível de crescimento e dinamismo da economia da capital, disseminando-o por todo o conjunto da sua população e ao restante do Estado.

O Piauí possui uma das melhores leis de incentivos fiscais do país. Contudo, a lei por si não é capaz de fazer surgir na população a disposição de investir na abertura de empresas nem de atrair empresários de outros Estados e países. Falta um maior investimento na criação de infra-estrutura e manutenção da já existente, além de uma melhor coordenação das bancadas federais em promover e negociar a vinda para o território piauiense de grandes grupos empresariais, além de um tratamento mais sério por parte do governo estadual à questão empresarial. Um bom exemplo pode ser novamente tirado do Ceará, onde o empresário em visita de pesquisa de possíveis investimentos é recebido com todas as honrarias e assessoria que o Estado pode oferecer, prática que se mostrou capaz de promover a instalação de perto de 100 (cem) novas indústrias de médio e grande porte no território cearense somente no ano de 1998.

Uma queixa comum na bancada federal piauiense é a de que a mesma recebe poucos projetos do governo piauiense para que possa pleitear verbas federais. É claro que a falta de vontade política da classe dirigente em trazer investimentos externos para o Piauí não se restringe somente à sua não promoção. Vai muito além disto. Os baixos índices de educação da população e de infra-estrutura mínima também pode lhes ser imputado. O Estado é carente de pessoal qualificado para

trabalhar em linhas de produção com um grau razoável de complexidade, de redes de fornecimento de energia elétrica na capacidade necessária e das vias de transporte com a eficiência necessária para escoar a produção, como rodovias e ferrovias capazes de suportar veículos pesados, hidrovias para receber embarcações de carga e um porto marítimo para exportá-las.

A construção do porto marítimo de Luís Correia, na praia de Amarração, foi iniciada há cerca de 20 anos. Infelizmente, até o momento, as obras se restringem ao quebra-mar, que lhe serviria de fundação e que somente tem servido para trazer sérios problemas ambientais. A estrada de ferro que foi construída para ligá-lo à malha ferroviária do Estado há muito foi destruída pelo tempo.

Após anos de adiamentos, finalmente o Piauí está prestes a iniciar as obras do seu primeiro porto seco, que deverá ser montado em Teresina. Outra falha de planejamento. A prioridade deveria ser Picos, cidade central da nossa região produtora de grãos, localizada no sul do Estado. O Ceará não enfrenta problemas de infra-estrutura portuária, mas possui muitos outros tão sérios quanto este. A diferença é que a classe dirigente, mesmo composta de correntes conflitantes, se uniu e os enfrenta de frente. Os resultados já se fizeram notar ●

*Moacyr Ferraz do Lago é economista.

** Baseado no 7º capítulo da monografia *Processo de formação e quebra do ciclo econômico da pobreza do setor secundário piauiense, trabalho de graduação do autor, defendido em Janeiro/1998.*

NOTÍCIAS

Os bolsistas de economia Danielle Cronemberger e Stefano Lopes, bolsistas do CNPq (Categoria Iniciação Tecnológica Industrial, nível 1 A), desenvolvem o subprojeto Desenvolvimento Humano, Renda e Pobreza nos municípios de Picos (PI) e Tauá (CE), que faz parte do projeto Desenvolvimento Regional e Agrícola das Regiões Semi-Áridas de Picos (PI) e Tauá (CE), do programa WAVES (Water Availability, Vulnerability of Ecosystems and Society in the Northeastern of Brazil), junto ao Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN), sob a orientação da professora Jaíra M^a Alcobaca Gomes.

Este programa é resultado do Convênio Brasil e Alemanha, através da parceria entre UFPI, UFC e as Universidade de Colônia e Hohenheim (Alemanha).

O objetivo geral é analisar e elaborar trajetórias de desenvolvimento sustentável para a região semi-árida do Nordeste do Brasil.

■ ■ ■

Com o objetivo de capacitar profissionais liberais, representantes de entidades patronais, de trabalhadores e de organizações não-governamentais, os professores do DECON/UFPI, Willian Jorge Bandeira (Doutor em Economia/USP), Antonio Carlos Andrade (Doutor em História Econômica /USP) e Manoel Lages Filho (Especialista em projetos) elaboraram um projeto visando a realização de um Curso de Especialização em Elaboração e Análise de Projetos Empresariais, com ênfase na área de projetos privados (industriais,

agro-pecuários e de serviços).

Além de suprir a demanda existente por profissionais qualificadas na área, os idealizadores do curso pretendem ainda, criar condições humanas, físicas, logística e informacionais para a implantação de um curso de mestrado no referido departamento, nas áreas de pesquisa de mercado, estudos locacionais, tecnologia de produção, etc.

A carga horária do curso é de 540 horas/aula, com início previsto para maio/99.

A titulação dos professores envolvidos é a seguinte: 4 doutores, 4 mestres e 1 doutorando.

■ ■ ■

Júnior, Danielle, Fábio, Bráz e todos que participam do Centro Acadêmico de Economia estão de parabéns pelas várias atividades que o C.A. promoveu neste segundo semestre do ano letivo. Destacamos algumas: os debates realizados na 1^a Semana Cultural do CAECO sobre "Crise, desnacionalização e desindustrialização" e "A reforma da previdência e o ajuste fiscal"; numa parceria com o Conselho Regional de Economia, promoveram a Semana do Economista; organizaram um curso sobre Comércio Exterior que contou com a participação de 23 alunos, e apoio do SEBRAE.

Com seriedade, realizaram a 1^a Avaliação dos docentes do DECON. Publicaram no jornal de maior circulação da cidade, Jan/99, pesquisa realizada em Dezembro/98 com vários economistas piauienses sobre "Cenários para a economia brasileira em 1999" e editaram pesquisa sobre a situação da UFPI e do Estado do Piauí.

Esperamos que vocês continuem com esse entusiasmo. É contagiante e faz um bem danado a nossa saúde!

ENFOQUE

O TRABALHADOR DO NOVO MILÊNIO

JEAN LUSTOSA*

O desenvolvimento científico e tecnológico deste final de século tem induzido a sociedade mundial a profundas reflexões sobre o seu impacto nas novas formas de organização da produção e nas relações humanas.

As fronteiras do conhecimento têm sido expandidas, questionando verdades, derrubando mitos, construindo novos paradigmas, ultrapassando limites dos espaços geográficos e sociais.

O resultado mais visível deste processo tem sido a rápida obsolescência do conhecimento, obrigando as pessoas a se reciclar continuamente.

O processo de aprendizagem contínua consolida universalmente a idéia de que o homem deve ser um eterno aprendiz.

No ambiente corporativo, para a solução de problemas nas modernas organizações, requer-se não mais um trabalhador robotizado, que consiga executar uma seqüência de operações mecânicas, privilegiando atividades sensório-concretas, mas sim um trabalhador que possa executar atividades de abstração, com capacidade analítica que suporte linguagens diversificadas.

Mais do que aprender a fazer, o trabalhador moderno deve ser formado para aprender a aprender. E isso de uma maneira coletiva, com uma visão ampla e não fragmentada do processo produtivo.

A cooperação, a participação, a responsabilidade, a capacidade decisória e de intervenção são atributos a serem assimilados e praticados por este novo tipo de profissional, um novo trabalhador, com uma boa formação geral, com capacidade para perceber um fenômeno em processo, formular análises e propor soluções, com maior autonomia e senso de responsabilidade organizacional.

Nesta lógica, os ambientes de trabalho tendem a se transformar em ambientes de aprendizagem contínua, já que vivemos num mundo que se transforma, que nos transforma e é transformado por nós.

* Jean Lustosa é economista e Consultor de Marketing Empresarial

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO INDICES	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ACUMULADO	
									NO ANO	12 MESES
IGP-DI (FGV)	-0,17	-0,02	-0,03	-0,18	0,98	1,15				
IPC-DI (FGV)	-0,52	-0,17	0,20	-0,19	0,09	0,64			1,15	1,97
IGP-M (FGV)	-0,16	-0,08	0,08	-0,32	0,45	0,84	3,61		0,64	1,04
INPC (IBGE)	-0,49	-0,31	0,11	-0,18	0,42	0,65			4,48	5,14
IPCA (IBGE)	-0,51	-0,22	0,02	-0,12	0,33	0,70			0,65	2,28
TBF (%) (1)		1,4959	2,5337	2,4146	2,2042	1,9738	2,6447	3,0127	0,70	1,65
TR (%) (1)		0,4512	0,8892	0,6136	0,7434	0,5163	0,8298	1,1614	7,82	27,06
POUPANÇA (%) (2)		0,9535	1,3936	1,1167	1,2471	1,0189	1,3339	1,3339	2,53	7,81
IPC-SP (FIPE)	-1,00	-0,66	0,02	-0,44	-0,12	0,50	1,41		4,07	* 14,40
IPC-RJ (FGV)	-0,35	-0,32	0,04	-0,24	0,31	0,65			1,92	0,01
IPC-THE (3)						2,10	2,64		0,65	1,84
CUSTO CESTA BÁSICA-THE R\$ (3)						83,33	85,74		4,79	10,50

FONTE: GAZETA MERCANTIL. (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês, (2) Crédito no 1º dia do mês seguinte, (3) Índices calculados pela Fundação CEPRO-SEPLAN para a cidade de Teresina.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (CUSTO DE VIDA) TERESINA - FEVEREIRO DE 1999

O Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida), calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para a cidade de Teresina, apresentou ao longo do mês de fevereiro/99 um crescimento de 2,64%, isto em comparação aos preços praticados pelo comércio local, durante o último mês de janeiro. Os grupos Transporte e Comunicações e Alimentação lideraram a lista dos aumentos. O primeiro em razão dos reajustes no ônibus urbano e nos combustíveis, enquanto em alimentação, verificou-se elevação nos preços das carnes de modo geral, óleo vegetal, pão e café.

Outro aspecto a ser observado é o percentual de aumento acumulado já no segundo mês do ano que ficou em 4,79%, o que indica uma inflação anual de 32,4%, valor bem distante do observado no período de março/98 a fevereiro/99 que ficou em 10,5%.

No que tange ao comportamento do custo da Cesta Básica, indicador diretamente relacionado ao valor do salário mínimo, os dados de campo mostraram para o mês de fevereiro/99, um crescimento de 2,89%, motivado quase que exclusivamente pela majoração do preço do pãozinho, das carnes e do óleo vegetal.

Fonte: Fundação CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO
ANO 3 - Nº 05 - MARÇO DE 1999
EDITADO PELO DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VERAS-DECON
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO-DEPTº
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-UFPI
EDITORÇÃO GRÁFICA: ENOISA VERAS
IMPRESSÃO: GRÁFICA DA UFPI
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS-CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
LETRAS-CAMPUS ININGA-TERESINA-PIAUÍ-CEP: 64.049-550
FONE: (086) 215-5500 ramal 341
FAX: (086) 215-5697

PESO E VARIAÇÃO PERCE PERCENTUAL NO MÊS FEVEREIRO DE 1999

DISCRIMINAÇÃO	PESO NA ESTRUTURA	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
		NO MES	NO ANO
1. ALIMENTAÇÃO	41,9334	3,76	6,72
1A. ALIM. NO DOMICÍLIO	39,6185	3,56	6,70
1.01. Cereais, Leg e Oleaginosas	6,5266	-0,76	2,26
1.02. Farinhas, F e Massas	2,3905	-0,05	1,99
1.03. Tub. e Hortaliças	1,6331	-5,77	-11,96
1.04. Açúcar de Derivados	2,1665	-1,86	1,34
1.05. Frutas	1,6556	3,29	11,86
1.06. Carnes e Víceras	9,5118	6,53	12,66
1.07. Pescado	0,8186	1,25	2,26
1.08. Aves e Ovos	3,4683	3,44	7,68
1.09. Leite e Derivados	2,8864	0,55	1,33
1.10. Panificados	2,0185	24,24	24,60
1.11. Óleos e Margerinas	2,6910	9,71	12,27
1.12. Bebidas não Alcoólicas	2,1885	5,78	10,43
1.13. Enlatados e Conservas	0,5705	0,53	3,21
1.14. Sal e Condimentos	0,2926	4,47	4,97
1.15. Alim. Fora do Domicílio	3,3149	5,33	6,86
2. HABITAÇÃO	13,2808	1,08	2,86
2.01. Aluguel, Cond. e IPTU	2,2081	0,00	1,22
2.02. Reparos	1,5965	3,61	13,77
2.03. Artigos de Limpeza	2,0171	2,00	3,49
2.04. Comb. de Uso Doméstico	2,7488	1,89	1,89
2.05. Serv. Ind. de Util. Pública	4,6800	0,00	0,00
3. ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	5,4806	1,86	3,26
3.01. TV e Som	1,4969	0,68	1,36
3.02. Eletrod. e Equipamentos	1,4879	1,08	2,05
3.03. Mobiliário	1,8883	2,44	4,77
3.04. Utensílios de Cozinha	0,1486	-1,73	-3,67
3.05. Cama, Mesa e Banho	0,4289	4,25	6,67
4. VESTUÁRIO	6,3583	0,59	1,79
4.01. Roupas para Homem	2,5507	0,73	2,50
4.02. Roupas para Mulher	3,0386	0,09	0,77
4.03. Roupas para Crianças	1,2189	-0,39	-1,02
4.04. Jóias	0,7171	4,37	9,44
4.05. Tec. e Art. De Armarinho	0,8300	0,00	0,00
5. TRANSP. E COMUNICAÇÕES	11,6858	4,13	4,40
5.01. Transportes Coletivo	5,1891	6,66	6,66
5.02. Aquil/Manut. de Veículos	5,4287	2,50	3,08
5.03. Correios e Telefonia	1,0680	0,00	0,00
6. SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	8,9926	1,82	6,66
6.01. Produtos Farmacêuticos	3,7550	1,35	6,66
6.02. Higiene Pessoal	4,0427	2,48	3,21
6.03. Serviços Médicos	1,1951	1,20	3,30
7. SERVIÇOS PESSOAIS	10,3316	1,66	2,49
7.01. Despesas Pessoais	1,7133	0,00	0,00
7.02. Recreação e Lazer	1,2175	3,01	6,31
7.03. Educação	1,5607	2,70	5,45
7.04. Leitura e Diversão	1,4024	0,00	0,00
7.05. Bebidas Alcoólicas de Fumo	4,4377	1,73	1,95
ÍNDICE GERAL	100,0000	2,84	4,79

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática